



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: UMA
ANÁLISE DO NOVO ENSINO MÉDIO (NEM)**

VERIDIANE JULIA SIMONI

CHAPECÓ 2023

VERIDIANE JULIA SIMONI

**PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: UMA
ANÁLISE DO NOVO ENSINO MÉDIO (NEM)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof.^o Dr. Claudécir dos Santos

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Simoni, Veridiane Julia
PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DO NOVO ENSINO MÉDIO (NEM) / Veridiane Julia
Simoni. -- 2023.

47 f.

Orientador: Dr. Claudécir dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais, Chapecó, SC, 2023.

I. Santos, Claudécir dos, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

VERIDIANE JULIA SIMONI

PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO NOVO ENSINO MÉDIO (NEM)

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Sociais.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 26/06/2023. BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Claudecir dos Santos – UFFS Orientador

Documento assinado digitalmente



CLAUDECIR DOS SANTOS

Data: 11/08/2023 08:23:09-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Maurício Matiello – UFFS
Avaliador

Prof. ^a Janaina Eberle – UFFS
Avaliador

Primeiramente eu dedico este trabalho à minha família, meus pais e ao meu irmão, em especial à minha querida filha Joanna, e ao meu companheiro de vida Edelberto

Fernandes, que sempre me impulsionaram em minha trajetória acadêmica, cada um à sua maneira.

Não somente no momento em que ingressei na Universidade, mas também em toda luta para chegar até ela, e para continuar este caminho.

Agradeço também às pessoas que trilharam esse mesmo roteiro, e também àqueles que, pelos mais diversos motivos seguiram outros rumos, mas a amizade foi igualmente importante e será para sempre lembrada, pois ao longo deste caminho compartilhamos histórias de vida, aprendizados e também dividimos dificuldades.

Agradeço imensamente todos os professores com quem tive a oportunidade de interagir e agregar ainda mais saberes à minha trajetória.

Por meio deste corpo docente competente que a Universidade da Fronteira Sul possui, eu pude ampliar meus horizontes de conhecimento, e pude evoluir academicamente e também pessoalmente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao meu orientador, Professor Claudedir dos Santos, por ser desde o início atencioso, prestativo, acessível e disposto a encarar este desafio comigo, me incentivando e auxiliando em todas as etapas deste processo.

O seu compromisso comigo e com meu trabalho, foi uma prova de sua capacitância, integridade e talento como pessoa e profissional. Agradeço também a minha família que sempre incentivou e compreende a importância da formação acadêmica e que portanto, me ofereceram, dentro do possível, as condições necessárias para concluir esta licenciatura. Agradeço também à Universidade Federal da Fronteira Sul, por ser uma Universidade democrática em nossa região. Uma Universidade pública e de qualidade que permite que centenas de estudantes oriundos de escola pública, do campo e que pertence à classe dos trabalhadores, assim como eu, tenham acesso à educação superior. Revelando que não apenas as elites podem ter o privilégio de possuir um diploma de Licenciado ou Bacharel. Também gostaria de agradecer às pessoas que tornaram possível uma Universidade Pública em nossa região, que através de incansáveis lutas e movimentos sociais, a comunidade regional juntamente com lideranças populares tornaram realidade o sonho da instituição de ensino superior, pública e de qualidade, que hoje é responsável pelo crescimento intelectual de grande parte dos jovens, assim, acredito que poderemos transformar o mundo um lugar melhor de se viver.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”. (John Dewey, 1979)

RESUMO

Este trabalho consiste em uma análise bibliográfica/documental sobre o ensino da Sociologia no Brasil, a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e do Novo Ensino Médio (NEM). A problematização dessa análise está fundamentada nas mudanças da grade curricular do Novo Ensino Médio. Seguindo esse percurso investigativo, o estudo busca perceber o lugar da sociologia na legislação que a torna obrigatória e/ou facultativa na matriz curricular do Ensino Médio, bem como as condições para o seu exercício de forma reflexiva e crítica. O objetivo desse trabalho, portanto, é interpretar como as dimensões da reflexividade e criticidade estão presentes na legislação vigente que orienta o ensino da Sociologia. A pesquisa está organizada em dois eixos centrais: a) levantamento da história do ensino da Sociologia no Brasil, chegando às proposições da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), e da Reforma do Ensino Médio de 2017 (Lei nº 13.415/2017); e b) análise das matrizes A, B e C que são matrizes dispostas pela Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina para serem implementadas nas escolas. Ao longo dos capítulos a pesquisa mostra que a disciplina de Sociologia se fará presente no Currículo do Novo Ensino Médio, na grande área denominada: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A principal incerteza é sobre a quantidade de aulas e as condições para o estudo dos conteúdos centrais da Sociologia, uma vez que eles passam a fazer parte das disciplinas eletivas e trilhas de aprofundamento que compõem os Itinerários Formativos dos currículos estaduais. Nas considerações finais a pesquisa destaca que a Sociologia enfrentou e ainda enfrenta adversidades para a sua permanência no currículo do Ensino Médio, a disciplina passa por períodos constantes de lutas. Este trabalho contribuiu para percepção de que, a partir das análises das matrizes A, B e C, que em quaisquer uma das matrizes as aulas e/ou os conteúdos de Sociologia poderão ser reduzidas, e também que a oferta dos conteúdos de Sociologia nas disciplinas eletivas da área de ciências humanas depende da escolha dos alunos, escolha esta, que sempre será orientada pela direção da escola, segundo a disponibilidade estrutural da escola e também de professores.

Palavras-chave: Educação, Sociologia, Novo Ensino Médio, Reforma Curricular.

ABSTRACT

This work consists of a bibliographical/documental analysis on the teaching of sociology in Brazil, based on the guidelines of the National Common Curricular Base (BNCC) and of the Novo Ensino Médio (NEM). The problematization of this analysis is based on changes in the New High School curriculum. Following this investigative route, the study seeks to understand the place of sociology in the legislation that makes it mandatory and/or optional in the high school curriculum, as well as the conditions for its reflexive and critical exercise. The objective of this work, therefore, is to interpret how the dimensions of reflexivity and criticality are present in the current legislation that guides the teaching of Sociology. The research is organized around two central axes: a) survey of the history of sociology teaching in Brazil, reaching the propositions of the BNCC (Base Nacional Comum Curricular), and the High School Reform of 2017 (Law nº 13.415/2017); and b) analysis of matrices A, B and C which are matrices arranged by the State Department of Education of Santa Catarina to be implemented in schools. Throughout the chapters, the research shows that the discipline of Sociology will be present in the New High School Curriculum, in the large area called: Human and Applied Social Sciences. The main uncertainty is about the number of classes and the conditions for studying the core contents of sociology, since they become part of the elective disciplines and deepening paths that make up the Formative Itineraries of the state curricula. In the final considerations, the research highlights that Sociology faced and still faces adversities for its permanence in the High School curriculum, the discipline goes through constant periods of struggles. This work contributed to the perception that, based on the analysis of matrices A, B and C, that in any of the matrices classes and/or sociology content could be reduced, and also that the supply of sociology content in the disciplines electives in the area of human sciences depends on the students' choice, which will always be guided by the school management, according to the structural availability of the school and also of teachers.

Keywords: Education, Sociology, New High School, Curriculum Reform.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	11
2	HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA.....	13
2.1	SOCIOLOGIA NA EUROPA.....	13
2.2	SOCIOLOGIA NO BRASIL.....	15
2.3	SOCIOLOGIA NAS CADEIRAS UNIVERSITÁRIAS DO BRASIL	16
2.4	SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	21
2.5	REFORMA DO ENSINO MÉDIO	25
2.6	ESTRUTURA DO NOVO ENSINO MÉDIO	27
2.6.1	ESTRUTURAL.....	28
2.6.2	CURRÍCULO	29
3.0	CURRÍCULO DO NEM EM SANTA CATARINA	31
4.0	A SOCIOLOGIA NO NOVO ENSINO MÉDIO.....	33
5.0	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS NO NOVO ENSINO MÉDIO.....	38
6.	SÍNTESE ACERCA DAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL A PARTIR DA BNCC E DO NOVO ENSINO MÉDIO (NEM).....	39
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a educação se configura como um conjunto de princípios e saberes de que a sociedade como um todo pressupõe ser valoroso. No Brasil, a Educação Básica¹ é obrigatória e também garantida pelo Estado – portanto, pública -, é dividida em três categorias: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Conforme o art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação, Lei n. 9.394 (LDB/1996), a Educação Básica tem como objetivos: desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores.

De acordo com a LDB/96, o Ensino Médio no Brasil, terceira e última etapa da Educação Básica, tem duração mínima de três anos². Conforme veremos adiante, essa temporalidade foi, em partes, alterada com a Reforma do Ensino Médio, em particular para os estudantes que frequentam o Ensino Médio noturno, mas sobre isso, voltaremos adiante, por ora, seguimos com as orientações a partir da LDB.

Os três últimos anos de ensino têm como objetivo intensificar os conhecimentos de cada disciplina para possibilitar aos estudantes a preparação para estudos subsequentes, preparando-os para o trabalho e também para o exercício da cidadania, proporcionando princípios humanos e discernimento sobre os fundamentos básicos do convívio em sociedade. Portanto, o Ensino Médio é de suma importância na formação dos adolescentes e jovens.

A Sociologia, por sua vez, está estreitamente conectada aos ofícios do ser humano, a ciência favorece a desnaturalização do senso comum, causando estranhamento sobre determinados assuntos. A ciência busca ainda compreender o comportamento das pessoas e dos grupos sociais, proporciona

¹ Segundo o Art. 1da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (Lei nº 9.394 de 1996), a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1o Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2o A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

² Ainda segundo a LDB, a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

conhecimento sobre a diversidade cultural, além de contribuir também com o desenvolvimento do pensamento crítico dos indivíduos, auxiliando os mesmos na reflexão de suas funções cotidianas.

Neste sentido, podemos pensar na importância da Sociologia para a formação dos seres humanos e também sobre o exercício da cidadania, através dos conhecimentos necessários para as práticas democráticas. Por questões de vivências sociais que a Sociologia se valida como uma ciência de extrema importância. Busca aprimorar o educando para que o mesmo tenha compreensão do que é viver em sociedade, contribuí para pensar as motivações do porquê certas situações acontecem. É durante o último período de formação básica que a Sociologia cumpre seu papel fundamental de, formar adolescentes mais sensíveis e reflexivos, desenvolvendo também a autonomia intelectual e o pensamento crítico dos mesmos.

É nesse contexto que a presente pesquisa se inscreve, ou seja, em meio as transformações curriculares sugeridas e alteradas pela BNCC e a Reforma do Ensino Médio, a pesquisa faz análises de trabalhos acadêmicos que tratam da trajetória da Sociologia no Brasil, e sobre as dificuldades e desafios enfrentados para o exercício crítico da disciplina. O trabalho busca avaliar ainda sobre as contribuições que a disciplina de Sociologia pode trazer aos processos educacionais de formação de indivíduos mais críticos e autônomos e que possam se identificar como sujeitos que vivem em uma sociedade democrática.

Seguindo esse propósito, o trabalho se estruturou da seguinte forma: primeiramente, apresenta um breve histórico do surgimento da Sociologia na Europa, onde a Sociologia se validou como uma ciência necessária para compreender as transformações sociais do Século XIX, contexto em que a Europa passa pela transição, de uma Europa medieval para uma Europa moderna, com uma série de transformações sociais. Em seguida, relata o período em que a Sociologia chega ao Brasil, no Século XX, com o objetivo de compreender as relações sociais do Brasil colônia. Em relação a trajetória da Sociologia, o trabalho destaca as primeiras impressões sociológicas, que apontam para as relações sociais entre os Portugueses, Indígenas e os Negros, até a Sociologia como ciência no Brasil, discutida nas cadeiras universitárias. Sobre isso, vale destacar a Escola de Sociologia Paulista na década de 1950, sob a direção de Florestan Fernandes, como um dos marcos no País.

Na segunda parte da pesquisa estão as observações voltadas à atualidade trabalho traz também um capítulo sobre a Sociologia na atualidade, nessa parte a pesquisa relata sobre as inclusões e exclusões que a disciplina enfrentou na grade curricular do ensino médio. O trabalho trata também da Lei 13.415/2017, pela qual a grade curricular passou por alterações e a lei prevendo obrigatoriedade do estudo de práticas de Sociologia.

Nas considerações finais, a pesquisa mostra que no novo ensino médio a disciplina continua presente no currículo das escolas, porém, no caso do estado de Santa Catarina, as aulas estão distribuídas nas três matrizes sugestivas da Secretaria Estadual de Educação, e com o Novo Ensino Médio os professores de Sociologia continuarão enfrentando adversidades, pois o número de aulas na área das ciências humanas e sociais aplicadas dependem da escolha dos estudantes e também das diligências das direções escolares.

2 HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA

Esta parte do trabalho tem por objetivo descrever a história da Sociologia, desde seu surgimento como ciência no século XVIII na Europa, apresentando suas principais contribuições. Também se faz necessário compreender sua trajetória no Brasil e dialogar acerca das instabilidades que a disciplina enfrenta. A Sociologia como matéria obrigatória nos currículos do ensino médio vem sofrendo ao longo do tempo diversas modificações e instabilidades quanto a sua permanência no currículo.

2.1 SOCIOLOGIA NA EUROPA

A Sociologia surgiu como ciência na Europa mais especificamente para compreender os problemas sociais ocasionados pelas duas principais Revoluções: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. A partir do surgimento desta ciência, as várias interpretações da realidade social passaram a ser fundamentadas nos valores da ciência moderna, afastando-se assim das explicações do senso comum. “Disse-se já muitas vezes que a conjunção dos acontecimentos políticos da revolução francesa com a evolução econômica da revolução industrial foi o contexto que deram origem à Sociologia” (GIDDENS, 2005, p. 18).

Este momento histórico marcou uma grande mudança no modelo

econômico da época, que se modificou de um modelo feudalista para um capitalista. Com isso, surgiram também os problemas sociais, que a Sociologia se encarregou em compreender e tentar explicar. A Sociologia assim como as demais ciências passou por um processo de estruturação e validação dos seus métodos afim de ser considerada uma ciência.

Em 1789 inicia-se o processo da chamada Revolução Francesa, tangendo o crescimento da burguesia como classe soberana. “Desta forma, estabelece uma transformação nas relações sociais, criando novos modos de vivência”. (VIANA, 2017, p. 9 -10).

As modificações na essência da vida das pessoas e as formulações de comportamento dadas pela ascensão do capitalismo foram importantes para o progresso social.

De acordo com leituras, a Revolução Industrial promoveu uma grande migração das pessoas, do campo para as cidades, transcorreu neste período um grande crescimento populacional e juntamente com ele, inúmeros problemas sociais, como por exemplo a mortalidade infantil das crianças que trabalhavam nas indústrias. Na época as crianças também tinham que trabalhar nas fábricas – o lucro era infinitamente maior para as fábricas – pois, o trabalho infantil era mais barato, fazendo assim com que o lucro fosse maior. As condições eram insalubres, não somente para as crianças, mas também para os adultos que precisavam cumprir extensas horas de trabalho por dia. Outros inúmeros problemas econômicos e sociais também surgiram neste período de industrialização.

A emergência da Sociologia acontece em meio a esse contexto. Sobre isso, Bottomore (1970), destaca que:

De modo geral, podemos dizer que a Sociologia tem uma quádrupla origem, na Filosofia Política, na Filosofia da História, nas teorias biológicas da evolução e nos movimentos para a reforma social e política, que julgaram necessário empreender levantamentos das condições sociais. (BOTTOMORE, 1970. p. 14).

Os pensadores clássicos da Sociologia puderam se inspirar nas ideias de filósofos como Hegel, Auguste Comte, Saint-Simon etc. Dessa forma, pode-se dizer que o pensamento filosófico da história influenciou o surgimento do pensamento sociológico pois facilitou a compreensão do desenvolvimento e das novas tipificações sociais oriundas do novo modelo social.

Assim, a pré-história da Sociologia pode ser localizada num período de cerca de cem anos, mais ou menos entre 1750 e 1850; ou, digamos, da

publicação do *Esprit des Lois*, de Montesquieu, até o trabalho de Comte e os primeiros escritos de Spencer. O período formativo da Sociologia como ciência distinta ocupa a segunda metade do século XIX. (BOTTOMORE, 1970, p.17).

Outro apontamento importante no surgimento da Sociologia é de que as questões relativas à humanidade poderiam ser pensadas de forma enciclopédica e depois influenciadas pela Filosofia e História e por fim pela ciência positivista.

Em primeiro lugar, era enciclopédica – ocupava-se da totalidade da vida social do homem e da totalidade da história. Em segundo lugar, sob a influência da Filosofia da História, reforçada pela teoria biológica da evolução [...], procurando identificar as principais fases da evolução social. Em terceiro lugar, era concebida como uma ciência positiva, de caráter idêntico ao das Ciências Naturais. (BOTTOMORE, 1970, p. 17).

Inicialmente a Sociologia passou por uma série de oposições, pois sua essência compreendia uma universalidade e não somente uma especificidade da ciência. A ciência da sociedade era vista como uma ciência geral e, portanto, muito abrangente, que não seria capaz de ter subdivisões. Émile Durkheim (1858-1917) inicia os estudos no campo da Sociologia com o objetivo de quebrar este paradigma. Durkheim, caracterizou a Sociologia e a definiu como ciência, através do método científico chamado: Fato Social.

A perspectiva de Durkheim sobre a caracterização e classificação da Sociologia veio a partir de um grupo de estudos dentro da revista *L'Année Sociologique*. (STEINER, 2016). A Sociologia e a Antropologia Social foram as primeiras ciências a estudarem a vida social, compreendendo assim as complexidades e universalidades das mais diversas instituições. A Sociologia possui uma classificação e um método científico próprio, durante muitos anos, a ciência ainda era vista como uma extensão de outras ciências humanas, tais como: Filosofia e Direito. Foi partindo deste pressuposto que os Sociólogos perceberam que o estudo das sociedades deveria de fato abranger todas as sociedades em todas as suas formas e especificidades.

2.2 SOCIOLOGIA NO BRASIL

A partir do crescimento das Ciências Sociais pelo continente europeu, a Sociologia estabeleceu-se também no Brasil no início do século XX, mesmo período em que houve o período de Independência de algumas Nações latino americanas. Conforme Liedke Filho:

A elaboração de teoria social tendeu a ser desenvolvida por pensadores e mesmo homens de ação (políticos), sob a influência de ideias filosófico-sociais europeias ou norte-americanas como, por exemplo, o

iluminismo francês, o ecletismo de Cousin, o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer e Haeckel, o social-darwinismo americano de Sumner e Ward e o determinismo biológico de Lombroso. Sob as influências desses autores buscava-se equacionar duas problemáticas centrais – a formação do Estado nacional brasileiro, opondo liberais e autoritários, e a questão da identidade nacional, tendo como núcleo a questão racial opondo os que sustentavam uma visão racista e os inspirados pelo relativismo étnico- cultural. (FILHO, 2005, p.2).

Como todos os estudos sociológicos, era necessário obter alguma fonte de inspiração, a partir de uma base científica de estudos. Desta maneira a Sociologia no Brasil se inspirava nas ideias filosóficas e sociais da Europa, e também buscava referências nos estudos Norte Americanos.

A Sociologia no Brasil possibilitou que duas questões centrais fossem abordadas na e para a compreensão/explicação do contexto brasileiro. A formação do Estado Nacional e a questão da identidade nacional, inevitavelmente uma questão estava ligada à outra. Conforme Filho:

O sentido social das ciências sociais neste período dos pensadores sociais, é interessante deixar também registrado aqui que Fernandes (1977), analisando as razões pelo interesse nos conhecimentos sociológicos, então indica que podem ser identificados dois períodos: um primeiro período de autodidatismo inicia-se já no terceiro quartel do século XIX, correspondendo à fase de desagregação da ordem social escravocrata, e é caracterizado pela exploração de conhecimentos sociológicos como recurso parcial de interpretação. A intenção principal não é fazer investigação sociológica propriamente dita, mas considerar fatores sociais na análise de certas relações como, por exemplo, as conexões entre o Direito e a Sociologia, a literatura e o contexto social, o Estado e a organização social. (FILHO, 2005, p.5).

Portanto, pode-se dizer que a Sociologia foi uma ferramenta utilizada por pensadores como: Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda para compreender a realidade do Brasil colônia, explicar os processos que englobavam a vida dos indígenas e dos negros, povos acometidos pela escravidão. Os estudos referentes aos povos indígenas e negros transcorreram, pois entremeavam as relações sociais que ocorriam na época.

2.3 SOCIOLOGIA NAS CADEIRAS UNIVERSITÁRIAS DO BRASIL

Os estudos sociológicos estarão sempre interligados às questões do meio social em que se vive. Conforme sintetiza Liedke Filho:

A origem da consolidação da Sociologia na mesma deve ser procurada, não em uma única causa determinante, senão em múltiplas causas que estão estreitamente ligadas, sendo possível distingui-las unicamente para fins analíticos. A multiplicidade de fatores decorrentes dos contatos, conflitos e acomodações de povos e culturas diversas. (LIEDKE FILHO. 2013, p.6).

A partir dos saberes que tramitavam pela realidade e notabilidade, a Sociologia Latino-americana viveu alguns períodos. No período da Sociologia de Cátedra no final do século XX, neste período, a Sociologia foi integrada nas faculdades de Direito, Filosofia e Economia. “No Brasil, esse período teve início em meados da década de vinte, quando foram criadas as primeiras cátedras de Sociologia em Escolas Normais (1924-25), enquanto disciplina auxiliar da pedagogia”. (LIEDKE FILHO, 2005, p.5).

Com esse caráter de ciência colaboradora, é possível compreender que: com exceção do caso da Universidade de São Paulo, a qual contou com professores estrangeiros na formação dos seus primeiros quadros profissionais. “Todas as outras novas universidades do período recrutaram para assumir as cátedras indivíduos advindos das elites culturais e políticas formados nas escolas superiores existentes, como de Direito, de Medicina e de Engenharia”. (MONTEIRO, 2011, p. 2). É possível concluir que a Sociologia era vista como uma ciência vinculada a outras ciências.

Neste momento histórico, houve a difusão de publicações tais como: manuais, e coletâneas para o ensino da Sociologia, os quais procuravam em sua grande maioria difundir as concepções de notáveis filósofos e cientistas sociais europeus e norte-americanos, como por exemplo: John Dewey e Émile Durkheim, como também as principais conceituações a respeito dos notáveis problemas sociais da época, como a migração, a urbanização, a pobreza e o analfabetismo. Concomitantemente a questão da miscigenação racial no Brasil passou a ser analisada de um ponto de vista mais otimista, como na obra: Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre (2000).

Azevedo (1957), focalizado nesta fase de introdução do ensino da Sociologia nas escolas de todo o País, demonstra que os primórdios e o alicerçamento da Sociologia deve ser justificada, não em um único fundamento determinante, mas sim, em inúmeras causas que estão estritamente ligadas, sendo justificável diferir apenas para fins analíticos. A pluralidade de elementos decorrentes dos contatos, conflitos e acomodamento dos grupos e culturas diversas; a disparidade entre as sociedades em mudança; a variedade de panoramas culturais e a contemporaneidade. A síntese das realidades concretas, de décadas passadas, ou de “camadas históricas” necessitariam trepidar e estimular o interesse pelo estudo científico destas novas realidades sociais, que

estão nitidamente ao alcance dos olhos de todos e que não escapam até mesmo dos observadores menos atentos. Porém, contribui Azevedo (1962):

O que nos iniciou no espírito crítico e experimental, em todos os domínios, e nos abriu o caminho aos estudos e as pesquisas sociológicas, foi, no entanto, o desenvolvimento da indústria e do comércio nos grandes centros do país e, particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro (AZEVEDO, 1962, p. 125).

O primeiro pico de crescimento industrial se deu em 1918, quando a guerra mundial influenciou todas as transformações no ordenamento econômico e social. No país, a revolução de 1930 contribuiu para intensificar ainda mais as mudanças sociais, ressoando nas esferas culturais. Transcorreram nesta época, novas atitudes críticas na mentalidade das elites, os inúmeros movimentos de renovação nas mais diversas instâncias, como os setores das letras, das artes, da política e da educação. Houve um crescente interesse pelos estudos científicos das realidades sociais. Costa Pinto ao se referir às Ciências Sociais neste período afirma:

No espaço de pouco mais de uma década as contingências da vida brasileira fizeram a ideologia das elites dirigentes passar da quase “coqueluche” para o quase pânico diante delas. É que, se a ausência delas significava problemas, a sua expansão poderia acarretar outros problemas igualmente temidos. No caso, mais de uma vez, a timidez ideológica pagou ônus do duplo medo: o medo do problema e o medo da solução dele, que é uma nota constante do comportamento das elites brasileiras nos últimos tempos. Esta ambivalência das elites frente às ciências sociais por vezes implica na criação de condições institucionais e financeiras favoráveis e por vezes desfavoráveis para o desenvolvimento de recursos humanos e para a criação, expansão e consolidação de centros de pesquisa e mercado de trabalho para sociólogos... (PINTO,1995,p. 28-29)

Se as especificidades do Estado Novo representaram um obstáculo ao crescimento das atividades de ensino e pesquisa em Sociologia (PINTO, 1955) o período de redemocratização de 1945 e, sobretudo, a mobilização ideológica e política dos anos 50 e 60 criaram possibilidades para a expansão desta ciência. Costa Pinto (1955) indica os principais temas estudados pelas ciências sociais no Brasil em meados da década dos anos cinquenta: população, imigração e colonização, as relações étnicas, e os contatos entre os colonizadores, indígenas e os negros. As ciências sociais também direcionaram estudos nas áreas da história social com relação à Educação, Ciência Política e Direito, além dos estudos e análises regionais sobre Sociologia Rural e Sociologia Urbana. Importante enfatizar, que neste período outras temáticas importantes também ocupavam espaços de destaque na produção das Ciências Sociais Brasileiras: a

preparação de manuais para o ensino da Sociologia nas escolas secundárias; a parte pertinente à teoria e métodos das Ciências Sociais (englobando, também, a tradução e divulgação de livros estrangeiros especializados); folclore; Sociologia da arte e da literatura, psicologia social e, em campos marginais entre a Sociologia e a Economia, os estudos de padrão de vida e as pesquisas de estratificação, mobilidade e Sociologia ocupacional (PINTO, 1995).

Um dos marcos importantes na história do País neste mesmo período, foi a formação da chamada: “Escola de Sociologia Paulista”, contando com a organização de um grupo originário de Cientistas Sociais, no ano de 1954 sob a direção de Florestan Fernandes, foram desenvolvidos projetos coletivos de estudo e pesquisa sobre as relações raciais no Brasil, e também acerca das empresas industriais em São Paulo e do cenário de desenvolvimento do Brasil.

A preocupação com as possibilidades de um desenvolvimento democrático, racional, urbano-industrial da sociedade brasileira, enquanto concepção particular da Teoria da Modernização, ocupou um papel central entre as orientações intelectuais e políticas do “projeto” da “Escola” neste período. (LIEDKE FILHO, 1977) O surgimento de uma proposta de “Sociologia Autêntica”, desenvolvida nos anos 1950 buscava principalmente contribuir para o processo de libertação nacional, juntamente com a Teoria da Modernização que compreende todo o processo de desenvolvimento como uma transição de uma sociedade tradicionalmente rural, para uma sociedade moderna e industrial (GERMANI, 1969). Essa transformação, acarreta na coexistência de ambas as matrizes dentro de um mesmo corpo social, caracterizando-a, portanto, como uma sociedade dual.

Quadro 1 – Rodolfo Stavenhagem – sete teses equivocadas sobre a América Latina.

- 1 - Os países latino-americanos são sociedades duais.
- 2 - O progresso da América Latina realizar-se-á mediante a difusão dos produtos do industrialismo às zonas atrasadas, arcaicas e tradicionais.
- 3 - A existência de zonas rurais atrasadas, tradicionais e arcaicas é um obstáculo para a formação do mercado interno e para o desenvolvimento do capitalismo nacional e progressista.
- 4 - A burguesia nacional tem interesse em romper o poder e o domínio da oligarquia latifundiária.
- 5 - O desenvolvimento na América Latina é obra e criação de uma classe média nacionalista, progressista, empreendedora e dinâmica, e o objetivo da política sócio-econômica de nossos governos deve ser o de estimular a “mobilidade social” e o desenvolvimento desta classe.
- 6 - A integração nacional na América Latina é produto da miscigenação.
- 7 - O progresso na América Latina só se realizará mediante aliança entre operários e camponeses, aliança que impõe identidade de interesses destas duas classes.

Fonte: Stavenhagem (1969)

Em relação à Sociologia as explicações propostas dentro do campo da Teoria da Modernização voltam-se para as condições societárias, institucionais e normativas indispensáveis ao desenvolvimento da “Sociologia científica”, evidenciando, portanto, as “atitudes favoráveis e desfavoráveis” a este desenvolvimento, assim como o “efeito – demonstração” exercido pelos grandes centros sociológicos dos países latino – americanos (COSTA, PINTO, 1955; FERNANDES, 1977; GERMANI, 1959; IANNI, 1971).

A “Sociologia Científica” é sobretudo reconhecida por adotar os princípios básicos do conhecimento científico em geral, apesar de apresentar suas próprias especificidades, como o desenvolvimento de metodologias de pesquisa, excepcionalmente sofisticadas e mais eminentes do que os métodos previamente utilizados.

Os efeitos, perante o exposto, é uma: “tecnificação crescente da Sociologia, dada a standardização dos procedimentos de pesquisa, o uso generalizado de instrumentos selecionados de pesquisa, a rotinização e coletivização das atividades, a necessidade crescente de recursos financeiros, espaços físicos e equipamentos, e de pessoal técnico e administrativo” (GERMANI, 1964).

A partir das análises destes autores, pode-se dizer que: este delineamento intelectual, presume aproximar um padrão de pesquisa e ensino semelhante àqueles dos países onde a Sociologia Científica foi originalmente formulada. Almejava-se que um nível superior de modernização social definida pela evolução para uma “sociedade racional, democrática e urbano-industrial” levaria à institucionalização plena da Sociologia Científica, típica do terceiro período de evolução da Sociologia na América Latina. Pode-se dizer que a evolução da Sociologia se deu principalmente pela conexão entre modernização e democratização.

2.4 SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

No período da implantação do sistema democrático-constitucional no Brasil, a Sociologia científica sofreu um deslocamento temático que teve como consequência implicações teóricas práticas significativas. O destaque com relação aos estudos próprios à dependência, que estavam presentes na primeira metade da década de 1970, passou a ser representada, na segunda metade da década, pela temática da reativação da sociedade civil, que se transmutou quase que imediatamente nas temáticas dos movimentos sociais e da redemocratização. (LIEDKE FILHO, 2005, p.49).

É historicamente comprovado que o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) é uma conjuntura onde a pesquisa foi dilapidada. Sendo assim, quando esse período se encerra, todas as matérias das ciências humanas, inclusive a Sociologia, reassumem o seu decurso criativo, assim como também dão início a uma nova etapa de estudos, com a pretensão de compreender os problemas instaurados na sociedade brasileira, no período pós- ditadura.

Cabe ressaltar ainda, que o período da Ditadura Militar provocou muitas mudanças que retrocederam várias áreas da sociedade inclusive na área da educação. Ainda sobre o contexto da educação, é interessante observar que o desenvolvimento científico, em todas as áreas da ciência, mas nesse caso, nos cabe atentar para a área das humanas, se organizou sob novas formas. Conforme Liedke Filho:

É interessante apontar que, não por acaso, no contexto de sucessivas derrotas das forças democrático-populares dentro do próprio processo de transição (Campanha das Diretas Já, eleições de 1989 e 1990), a temática dos movimentos sociais veio a dar lugar à pesquisa acerca das identidades sociais e representações sociais, temas estes que, a despeito de sua relevância, talvez tenham se tornado, então, obstáculos

epistemológicos, dada a imediatez, subjetivismo e empiricismo de parcela significativa dos estudos desenvolvidos. (LIEDKE FILHO, E.D 2013, p.50).

Foi nos anos 1990 que a ciência passou a ser uma microsociologia e estudar pequenos grupos sociais como por exemplo: os movimentos gays, feministas e também os movimentos sociais negros. Outros temas também começaram a fazer parte da lista de pesquisas dos sociólogos brasileiros, temas como a globalização e a pós-modernidade, sendo que conforme a tabela abaixo, da CNPq, a Sociologia da Educação foi a quarta temática específica mais abordada pelos Sociólogos.

Quadro 3 – Diretório de grupos de pesquisa do CNPq – classificação das Sociologias específicas.

OUTRAS SOCIOLOGIAS ESPECIFICAS	TOTAL
SOCIOLOGIA DO TRABALHO	64
SOCIOLOGIA POLÍTICA	42
SOCIOLOGIA DA CULTURA	29
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	20
VIOLÊNCIA	19
SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO	19
MEIO AMBIENTE	15
SOCIO-DEMOGRAFIA	14
RAÇAS	10
GÊNERO	10
SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO	10

Fonte: Diretório dos grupos de pesquisa do CNPq (2005)

A Sociologia desde seu surgimento até a sua chegada no Brasil não se referia como uma ciência universal. Isto implica dizer que: a Sociologia passou por um período onde era acessível apenas a classes específicas – elite e burguesia. Portanto existe uma história na origem da disciplina nos projetos políticos pedagógicos.

O sociólogo Brasileiro: Florestan Fernandes (1920-1995) foi um dos precursores da Sociologia no Brasil. Durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia, no ano de 1954, Florestan já articulava sobre a educação secundária – atualmente chamado de ensino médio, e a Sociologia. Conforme Moraes:

“O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira” (Fernandes, 1985), dava início a uma tradição bissexta de debates sobre o tema. Se à época ele se recriminava por “incidir num grande erro”, pois escolhera

“um objeto que não existia”, o que não ocorre de todo hoje, entretanto, tinha por principal objetivo “debater a conveniência de mudar a estrutura do sistema educacional do país e a conveniência de aproveitar, de uma maneira mais construtiva, as ciências humanas no currículo da escola secundária” (Fernandes, 1955). Esse objetivo mais amplo, menos corporativo, parece não se ter realizado plenamente nesse quase meio século de reformas educacionais no país. Mesmo a mais recente reforma, conduzida por um daqueles congressistas e assessorado por outros dois, a quem falava o professor Florestan Fernandes, não tem logrado fazer a alteração profunda na educação básica e em especial no ensino médio. (MORAES, 2009 p.5).

À medida que Florestan abordava a questão do ensino da Sociologia na escola secundária os debates que se seguiram à exposição de Florestan Fernandes foram reeditados recentemente quando esteve na ordem do dia a tramitação do Projeto Licenciatura em ciências sociais e ensino de Sociologia (MORAES, 2003).

Em 2008, a Lei nº 11.684/08 alterou o art. 36 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que determina as diretrizes e bases da educação nacional incluir as disciplinas de Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio Brasileiro.

Neste processo, as justificativas para a intermitência da Sociologia no currículo do Ensino Médio eram de que faltavam especialistas no assunto, os custos eram altos para o erário público, a falta de definição de conteúdos mínimos de Sociologia e filosofia entre outros. (MORAES, 2003). Foram essas motivações que justificaram a instabilidade da disciplina no currículo do ensino médio.

Sobre a trajetória da obrigatoriedade do Ensino da Sociologia no Ensino Médio Moraes trás uma contribuição:

Em 1882, o projeto “Pareceres” de Rui Barbosa sobre a inclusão da disciplina nos cursos preparatórios e superiores (sobretudo direito, substituindo o “Direito Natural”); a reforma não se realizou e os pareceres entraram para a história como de “elevado nível”, mas nem foram discutidos na época; 1890-1897, com a Reforma Benjamin Constant, a disciplina é incluída como obrigatória nos cursos preparatórios (6º e 7º anos do secundário), mas não foi posta em prática; 1925-1942, com a Reforma Rocha Vaz, a disciplina torna-se obrigatória e seus conteúdos são exigidos nas provas de vestibulares para o ensino superior (A Reforma Francisco Campos de 1931 reforça esse caráter obrigatório); 1942-1961, vigência da Reforma Capanema, a Sociologia é excluída do currículo, não aparecendo como obrigatória nem no curso clássico nem no científico, segmentos alternativos que constituíam o colegial, segunda parte do ensino secundário; a Sociologia aparecia no curso normal como Sociologia educacional; 1961-1971, com a Lei nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), a disciplina passa a figurar como componente optativo no curso colegial, entre uma centena de outras disciplinas, humanísticas, científicas ou técnico-profissionalizantes; também podia

ser de caráter geral ou específico (Sociologia de...); 1971-1982, a disciplina, embora optativa, apresenta dificuldade para ser incluída, por conta do preconceito reinante em que se confundia Sociologia com socialismo (Barbosa e Mendonça, 2002), e mesmo pela quase “substituição” do possível caráter crítico de sua abordagem das questões sociais e políticas nacionais pelo tom ufanista e conservador da disciplina obrigatória Organização Social e Política Brasileira (OSP); 1982, a Lei nº 7.044/82 veio revogar a profissionalização compulsória que marcava o segundo grau desde a Lei nº 5.692/71 editada pelos governos militares. (MORAES, 2003, p.7).

Este período onde a ciência foi questionada, trouxe para o campo da educação uma série de prejuízos, como por exemplo: os efeitos tardios do progresso educacional com uma “abertura lenta, gradual e segura” iniciada pelo governo Geisel e continuada pelo governo Figueiredo; indicava também a crise do modelo econômico, a que se denominou “Milagre Brasileiro”, que tinha induzido a transformação do ensino médio em ensino profissionalizante, a fim de formar mão-de-obra técnica para o “Brasil Potência”; (MORAES, 2003). Ainda conforme o autor:

Nos anos de 1982-1986, particularmente no estado de São Paulo, com a Resolução SE nº 236/83, que “possibilitou a inclusão da Sociologia” na parte diversificada, a disciplina reinicia o seu retorno à grade curricular do ensino secundário; em 1985, cerca de 25% das escolas de segundo grau tinham-na incluído; em 1986, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEESP). realizou um concurso público para provimento de cargo de professor de Sociologia; ainda nesse ano, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp) publicou a “Proposta de Conteúdo Programático para a Disciplina Sociologia – 2º grau”, como subsídio resultante de “análises, discussões, leituras e seminários” realizados sobre o tema desde o segundo semestre de 1984 (São Paulo, Secretaria de Educação, 1986). Em 1992, a Cenp apresentou uma outra “Proposta Curricular para o Ensino de Sociologia – 2º grau”, seguida nos anos de 1993 e 1994 por novo concurso e posse dos aprovados. A partir de então, o número de escolas com Sociologia tem diminuído drasticamente, a ponto de não terem sido feitos novos concursos para o cargo. (MORAES 2003, p.8).

A partir de então, a ciência está progredindo, em dezembro de 1996 é promulgada a nova LDB (Lei 9394/96) que no artigo 36, parágrafo 1º, inciso III, estabelece que: “ao final do ensino médio o educando demonstre: domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. (MORAES, 2003). Em razão da retomada desta ciência nos currículos escolares os profissionais da área da Sociologia passaram a ter mais ânimo para desempenhar suas funções. E logo em seguida foram surpreendidos com a publicação oficial no ano de 1998, da Lei de Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Conforme o autor:

“As propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para conhecimentos de filosofia e

Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (Moraes, 1999). Paralelamente, no entanto, o próprio governo federal trazia a público os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino médio, incluindo o PCN de Sociologia como parte da “Área de Conhecimento Ciências Humanas e suas Tecnologias” (PCN Nível Médio, 1999). Ainda em 1999, a SEESP enviou para as escolas o documento “Novos rumos da Escola de Ensino Médio – Desafios e Possibilidades” (Apeoesp, 1999), reduzindo drasticamente a grade curricular do ensino médio, dificultando a diversificação ou a inclusão de disciplinas no currículo. (MORAES 2003, p.8).

Por volta dos anos 2000, o Conselho Estadual de Educação aprovou a indicação nº9/00 que visava a implantação das DCNEM no estado de São Paulo, reafirmando o “caráter interdisciplinar” que se deveria dar às temáticas da área das Ciências Sociais. (MORAES, 2003). Conforme a contribuição de Cigales e Oliveira:

É com a lei nº 11.684/08 que temos a consolidação da presença da Sociologia no currículo escolar, tendo esta disciplina, em conjunto com a filosofia, se tornado obrigatória em todas as séries do ensino médio brasileiro. É a partir do marco desta lei que realizamos nossa análise neste trabalho, almejando produzir um balanço dos avanços galgados pela Sociologia em seu processo de consolidação no currículo escolar, considerando-se especialmente o período que vai de 2008 a 2017, uma vez que a Reforma do Ensino Médio (lei nº 13.415/2017) retirou a partir de 2017 a obrigatoriedade da Sociologia do currículo escolar, apesar de indicar que esta disciplina deve compor a Base Nacional Curricular Comum.(OLIVEIRA 2019, p.44).

Somam-se a estas questões os recentes ataques que a Sociologia tem sofrido na esfera pública no Brasil, o que parece ser um cenário mais geral que se replica também em outros países, como demonstra o caso francês (LAHIRE, 2016). Ademais, apesar das adversidades, a disciplina segue até o presente momento sendo lecionada nas redes de ensino dos diferentes estados do Brasil, além de que a ciência ainda mantém um pulsante debate acadêmico.

2.5 REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, determina a reforma do Ensino Médio. A Lei em questão, promoveu profundas modificações na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que trata sobre os conteúdos da Educação Básica. Devido ao impacto das alterações propostas nesta nova resolução, se faz necessário compreender essa Lei n.º 13.415 de 2017, que altera as Leis n.º 9.394/96, e a Lei n.º11.494/2007 que regulamentam o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452 de 1943, o Decreto-Lei n.º 236/1928, revoga a Lei n.º 11.161 de 2005 e institui a

Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2017).

Considerando argumentos do governo federal, a nova estruturação que foi proposta para o Ensino Médio era um projeto necessário para melhorar o desempenho dos resultados que até então estão sendo obtidos nesta última etapa de ensino.

O próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC) reitera que adiar a reforma do ensino médio prejudicaria toda uma geração de jovens, que está, ao olhar do governo, inserida num sistema de péssima qualidade com os piores resultados de aprendizagem em avaliações nacionais, como o IDEB que está estagnado, e internacionais, como o PISA, no qual o Brasil piorou (PORTAL MEC, 2018). Sob outra perspectiva, alguns estudiosos desaprovam a Reforma do Ensino Médio, tendo em vista que esta reforma traz algumas mudanças inócuas, justificando que há uma má distribuição de conteúdo considerados básicos e necessários, desfavorecendo, portanto, este último processo de ensino e aprendizagem dos adolescentes. Segundo Ferreti:

De acordo com a Lei 13.415, a reforma curricular tem por objetivo tornar o currículo mais flexível, para, dessa forma, melhor atender os interesses dos alunos do Ensino Médio. Apoiar-se, para tal, em duas justificativas: • a baixa qualidade do Ensino Médio ofertado no país; • a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos índices de abandono e de reprovação. (FERRETI 2018, p.2).

As justificativas acerca da qualidade do Ensino Médio, problema este que não se configura somente a esta etapa da educação básica, é um problema que vem se estendendo por um longo tempo). Entretanto, a segunda justificativa, que se mostra como uma resposta à primeira, é um tanto ludibriada por atribuir os problemas de abandono e reprovação apenas à grade curricular, sem considerar os demais aspectos envolvidos. Tais como: infraestrutura inadequada das escolas (laboratórios, bibliotecas, espaços para Educação Física e Atividades Culturais) carreira dos professores, incluindo os salários, formas de contratação, não vinculação dos professores a uma única escola. (FERRETI, 2018).

Ademais, desconsidera-se também que o afastamento de inúmeros jovens, estudantes do Ensino Médio se dá também pela necessidade que esses jovens têm de contribuir com a renda familiar. Os jovens estão inseridos numa sociedade capitalista, que dita regras de vivência e também de consumo, portanto os jovens nesta idade, estão preocupados também em satisfazer suas próprias necessidades econômicas, que são orientadas geralmente pelo círculo de

convivência social. Conforme Volpi (2014) evidencia que os adolescentes por ele pesquisados apontaram como causas do abandono escolar, além das questões curriculares, e de dificuldades no processo de aprendizado, a violência familiar, a gravidez na adolescência, a ausência de diálogo entre gestores, professores e alunos e também a violência vivenciada diariamente nas instituições escolares. Todos os pontos elencados acima, podem justificar a questão da evasão escolar. Que está ligada também aos aspectos socioculturais do estudante. A Lei demonstra o contrário. Conforme Ferreti:

A Lei parece insistir na perspectiva de que o conjunto dos problemas presentes no Ensino Médio público poderá ser resolvido por meio da alteração curricular, contrariando, de um lado, as experiências vividas por governos anteriores que já trabalharam com semelhante tipo de abordagem e, de outro, com a própria secundarização do que a literatura educacional entende por currículo, ou seja, o conjunto de ações e atividades realizadas pela escola tendo em vista a formação de seus alunos, as quais são, obviamente, afetadas pelo acima indicado, assim como pelo clima das relações existentes interiormente à unidade escolar e desta com seu entorno e com as famílias dos educandos. Nesse sentido a Lei parece apoiar-se numa concepção restrita de currículo que reduz a riqueza do termo à matriz curricular. A instância que busca dar conta dessa questão é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, no entanto, não é entendida pelos seus próprios propositores como currículo. (FERRETI, 2018 p.3).

A proposta de organização curricular do Novo Ensino Médio gira em torno de dois entendimentos: a flexibilização curricular e a oferta de cursos em tempo integral (sete horas diárias). Os alunos terão uma etapa de formação comum a todos que será o equivalente à 1.200 horas, podendo chegar até 1.800 horas) caso seja implementado o regime em tempo integral, e outra etapa diversificada em itinerários formativos por área (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Naturais e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Educação Profissional). (FERRETI, 2018). Portanto, o que acontece é a fragmentação dos conteúdos, e a redução de carga horária obrigatória. O principal objetivo não está em reduzir os índices de reprovação, mas sim no fato de que o aluno possa fazer algo que esteja alinhado as suas preferências, o que subsequentemente irá melhorar sua vida em vários aspectos.

2.6 ESTRUTURA DO NOVO ENSINO MÉDIO

A reforma do Ensino Médio a partir da Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, propõe a mudança em dois eixos principais: 1. Estrutural e 2. Curricular.

2.6.1 ESTRUTURAL

Antes da reforma a carga horária total desta última etapa de ensino, o Ensino Médio, era de 2.400 horas que eram distribuídas em 800 horas anuais, cada ano era composto por 200 dias letivos. Durante este período de três anos seriam trabalhadas 12 disciplinas: Biologia, Matemática, Química, Português, Sociologia, Arte, Educação Física, História, Geografia, Física, Filosofia e Língua Estrangeira.

Com a Lei de reforma do Ensino Médio, pretende-se ampliar a carga horária total para no mínimo 3.000 horas. O Art. 13 da Lei nº13.415, estabelece que: Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. (BRASIL, 2017). Todavia, o ensino não será mais organizado nas 12 disciplinas anteriores a reforma. Agora, deste conjunto de disciplinas, no máximo 1.800 horas serão designadas à formação geral, e 1.200 horas mínimas para os itinerários formativos, onde “teoricamente” os estudantes escolhem as áreas de conhecimento que desejem se aprofundar e compor o seu currículo formativo.

Assinalamos a palavra “teoricamente”, porque as experiências vivenciadas ao longo do ano de 2022 (ano em que a maioria das escolas brasileiras passaram a vivenciar o NEM) mostraram que as escolhas dos estudantes, quase sempre, não são em acordo aos seus desejos, mas sim, associadas à realidade das escolas. Ou seja, dependem do quadro de professores nas escolas, da infraestrutura física, do apoio pedagógico etc. Em função dessas dissonâncias entre o que propõe a reforma e a realidade das escolas, nesse momento (abril de 2023), teve início Consulta Pública para Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio. Conforme a Portaria nº 399 de 8 de março de 2023:

Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, resolve: Art. 1º Instituir a consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio, com objetivo de abrir o diálogo com a sociedade civil, a comunidade escolar, os profissionais do magistério, as equipes técnicas dos sistemas de ensino, os estudantes, os pesquisadores e os especialistas do campo da educação para a coleta de subsídios para a tomada de decisão do Ministério da Educação - MEC acerca dos atos normativos que regulamentam o Novo Ensino Médio. Art. 2º A consulta pública será coordenada pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino - Sase, com a colaboração do Conselho Nacional de Educação - CNE, do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação - Foncede e

do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed. Art. 3º A consulta pública será implementada pelos seguintes instrumentos: I - audiências públicas; II - oficinas de trabalho; III - seminários; e IV - pesquisas nacionais com estudantes, professores e gestores escolares sobre a experiência de implementação do Novo Ensino Médio nas 27 (vinte e sete) Unidades da Federação. Art. 4º A consulta pública terá o prazo de duração de 90 (noventa) dias, sendo admitida a prorrogação. Art. 5º Após o término do prazo de que trata o art. 4º, a Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino elaborará o relatório final a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Educação, no prazo de 30 (trinta) dias. Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2023).

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a consulta é uma resposta às demandas de estudantes e professores pela revogação da Reforma do Ensino Médio. O objetivo da consulta, portanto, é:

Abrir o diálogo com a sociedade civil, a comunidade escolar, os profissionais do magistério, as equipes técnicas dos sistemas de ensino, os estudantes, os pesquisadores e os especialistas do campo da educação para a coleta de subsídios a fim de providenciar tomadas de decisão por parte do Ministério da Educação (MEC) acerca dos atos normativos que regulamentam o Novo Ensino Médio (BRASIL/MEC, 2023)³.

A reorganização curricular da última etapa da educação básica, promovida pela reforma do ensino médio, retirou disciplinas básicas do currículo com a justificativa de garantir a liberdade de escolha para os estudantes, mas isso não está acontecendo, daí a explicação para a promulgação da Portaria nº 399, de 8 de março de 2023, que institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. Sobre os desdobramentos dessa consulta, porém, não temos condições de discutir nesse trabalho, haja vista que a consulta está prevista para acontecer de De 9 de março a 6 de junho de 2023. Ou seja, ao término da consulta, esta pesquisa já estará terminada. Assim sendo, voltamo-nos ao item central dessa seção - ESTRUTURA DO NOVO ENSINO MÉDIO – para tratar agora do Currículo.

2.6.2 CURRÍCULO

Antes de tratarmos do currículo do Novo Ensino Médio, é importante resgatar a trajetória da Sociologia na educação básica, particularmente no Ensino Médio, para melhor compreendermos se ela é ou não (a partir da reforma de 2017) uma disciplina obrigatória no currículo.

Sobre esse assunto, em um artigo intitulado: A DISCIPLINA SOCIOLOGIA

³ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacaosocial/audiencias-e-consultas-publicas/previstas> Acesso em 25/04/2023

NO "NOVO" CURRÍCULO DE ENSINO MÉDIO, o professor e pesquisador Luciney Araújo Leitão (2021), faz uma importante observação que merece aqui ser resgatada, ou seja, na interpretação do autor:

Dissertar sobre a construção e integração da disciplina de Sociologia nos currículos escolares do Ensino Médio, é recorrer à inclusões e exclusões ao longo do processo histórico de ensino no Brasil. O sociólogo Mario Bispo dos Santos (2004), ex-professor da Universidade de Brasília – UNB -, aponta as idas e vindas da Sociologia em três períodos; o primeiro, conhecido como período de institucionalização da disciplina no ensino secundário (1891-1941); o segundo, caracterizado pela ausência da Sociologia como disciplina obrigatória (1941-1981); e o terceiro, período de reinserção gradativa da Sociologia no Ensino Médio (1982-2001). Partindo dessa premissa, pode-se afirmar, como também construir, um quarto fator histórico dessas idas e vindas: A diluição de “transformar em práticas de ensino” a Sociologia a partir da BNCC (2016 – dias atuais). Tal diluição nada mais é do que a desconstrução, e quiçá pôr em esquecimento uma disciplina que tem como principal função, a construção de um pensamento crítico nos discentes (LEITÃO, 2021, p. 1)⁴

Seguindo o raciocínio do autor, nessa nova configuração, a disciplina de Sociologia se dilui e se “desconstrói” enquanto um “lugar” para a reflexão e elaboração do pensamento crítico. Nesse sentido, pode-se dizer que as alterações curriculares promovidas pela lei 13.415/2017 foram profundas. A principal mudança foi a manutenção da obrigatoriedade das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa assim, a obrigatoriedade das demais disciplinas tidas como obrigatórias nos componentes curriculares, se concretiza nos blocos ou eixos temáticos.

Nessa realocação, a Sociologia compõe o bloco Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (englobando as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia), e aqui se fundamenta a crítica do autor. Ao traçar um cenário que começa com a construção dos eixos temáticos, Leitão faz a seguinte advertência:

Blocar as disciplinas afins em eixos de conhecimento, acarreta um arbitrário cultural sem precedentes, pois retira do alunado a oportunidade em conhecer de maneira mais aprofundada as especificidades presentes em cada área do conhecimento. Ou, como se apresenta nos novos currículos expostos a conta gotas pelo Brasil, em *rotas de aprofundamento*. O que em tese, dá ao alunado a opção de escolha imposta a que área deverá aprofundar seus conhecimentos (LEITÃO, 2021, p. 1).

Nessa configuração curricular, a Sociologia não encontra espaço nem legitimidade para voltar-se, problematizar e aprofundar seus conteúdos centrais. Assim sendo, diminui a possibilidade de desenvolver com os estudantes um

⁴ Disponível em: <https://armadeiracultural.com/2021/03/04/a-disciplina-sociologia-no-novo-curriculo-de-ensino-medio/> Acesso em abril de 2023

pensamento crítico com propósitos de fazer emergir um debate reflexivo em sala de aula. São essas as condições que fazem com que o autor questione a obrigatoriedade da presença da Sociologia no Novo Ensino Médio. Em síntese, na interpretação do autor, para quem considera que a Sociologia continua sendo obrigatória no currículo do Ensino Médio, caberia observar quais são os conhecimentos sociológicos que estão sendo estudados na atualidade no Ensino Médio.

O Art 3º da Lei consta: § 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. As duas disciplinas irão manter integralmente sua estrutura de conteúdos, comparando até mesmo ao modelo anterior. Kuenzer (2017) expõe o seguinte:

As demais, e entre elas Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia, de vem ser obrigatoriamente incluídas, mas não por todo o percurso, o que pode significar apenas um módulo de curta duração. A Língua Inglesa tem oferta obrigatória; os sistemas de ensino poderão ofertar outras línguas, mas em caráter optativo. (KUENZER, 2017, p. 335).

A maioria das disciplinas são restritas quanto à carga horária, para que se faça possível as novas adequações do modelo. Isto é, as 2.400 horas que eram distribuídas igualmente no modelo curricular anterior, passam agora a serem reduzidas a 1.800 horas de formação geral ocasionando uma ausência de no mínimo 800 horas, ou seja, um terço dos conteúdos inerentes às disciplinas de: Língua Estrangeira, História, Física, Arte, Geografia, Educação Física, Sociologia, Química, Filosofia e Biologia.

Partindo desta nova proposta as disciplinas passarão a integrar áreas de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Sociologia, Filosofia História e Geografia); Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Química e Física); Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Língua Inglesa e Língua Portuguesa e Educação Física) e Matemática e suas Tecnologias (Matemática). Estas áreas de conhecimento irão constituir os itinerários formativos, tal qual como a Formação Técnica e Profissional.

3.0 CURRÍCULO DO NEM EM SANTA CATARINA

O currículo do Novo Ensino Médio (NEM) em Santa Catarina é composto por duas partes: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Itinerários Formativos.

A BNCC é composta por quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Os Itinerários Formativos são a parte flexível do currículo, que permite aos estudantes escolherem as disciplinas eletivas que desejam cursar, de acordo com suas áreas de interesse e vocação. Os Itinerários Formativos são organizados em três grupos: formação técnica e profissional, formação científica e formação artística e cultural.

Além disso, o currículo do NEM em Santa Catarina prevê a realização de projetos integradores e atividades práticas, que possam estimular a participação dos estudantes em situações reais e desafiadoras. Essas atividades podem ser realizadas em parceria com instituições públicas e privadas, e têm como objetivo aproximar os estudantes do mundo do trabalho e da vida social.

Em resumo, o currículo do Novo Ensino Médio em Santa Catarina segue as orientações da Base Nacional Comum Curricular, oferece flexibilidade por meio dos Itinerários Formativos, estimula a realização de atividades práticas e projetos integradores, e prevê a realização do ENEM como uma forma de avaliação externa e também de acesso ao ensino superior.

Conforme os fundamentos do novo ensino médio, este deve ser um espaço favorável para o estudante se desenvolver integralmente:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNem), atualizadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em novembro de 2018, indicam que o Novo Ensino Médio deve se tornar um espaço de aprendizagens e vivências que oportunizem ao estudante desenvolver-se integralmente, compreendo-o em sua condição de sujeito multidimensional, contemplando suas necessidades, interesses e expectativas. Para alcançar esse objetivo, operou-se a flexibilização do currículo, propondo-se alcançar uma aproximação desta organização com a realidade contemporânea e com a formação pessoal, social/cidadã e profissional destes estudantes. (CURRÍCULO BASE DO ENSINO MÉDIO DO TERRITÓRIO CATARINENSE 2021, p.48)

Os eixos estruturantes têm grande relevância, pois são eles que cumprem a função de organizadores dos demais itinerários formativos, no caso de Santa Catarina serão disciplinas que foram pensadas de acordo com as particularidades do Estado, uma que será oferecida na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, por exemplo, é intitulada de: Mulheres no Território Catarinense. Cada Estado oferecerá disciplinas de acordo com suas especificidades.

O estado de Santa Catarina vem se adaptando à lei desde 2018, quando implementou o projeto em 120 escolas piloto. Em 2019 a Secretaria de Estado da

Educação emitiu documentos orientadores a partir dos encontros que foram feitos com equipes pedagógicas destas escolas. Ao longo de 2020, as escolas piloto começaram a modificar o currículo, começando pela primeira série do ensino médio, conforme o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense:

Nessa série, foi efetivada uma organização curricular que compreendia uma parte de Formação Geral Básica e uma Parte Flexível, consubstanciada na forma de Itinerários Formativos, contendo, neste caso, os componentes Projeto de Vida, Segunda Língua Estrangeira e Componentes Curriculares Eletivos (CCEs). A oferta desses componentes compreende oportunizar aos(as) estudantes condições para realizar escolhas acertadas para a sua trajetória escolar nos anos seguintes. Importa destacar que a organização para o Novo Ensino Médio, no estado de Santa Catarina, abrange o início das Trilhas de Aprofundamento a partir da 2ª série escolar. (CURRÍCULO BASE DO ENSINO MÉDIO DO TERRITÓRIO CATARINENSE 2021, p.12)

De acordo com a Secretaria de Educação do estado, o maior desafio encontrado no primeiro ano de implementação do novo ensino médio foi pensar as temáticas para serem abordadas nos Componentes Curriculares Eletivos, pois estas temáticas devem, em teoria atender os anseios dos jovens estudantes. Portanto, juntaram-se à equipe técnica da Diretoria de Ensino da SED/SC as 120 unidades escolares que os instruiu a fazer uma escuta diagnóstica juntamente com a comunidade escolar, para pensarem assuntos que poderiam ser abordados nos Componentes Curriculares Eletivos. Foram levantados mais de 500 temas, mas destes 52 temas foram de fato selecionados pela Equipe Técnica da Gerência de Ensino Médio e Profissional da SED de Santa Catarina.

4.0 A SOCIOLOGIA NO NOVO ENSINO MÉDIO

Com a reforma do ensino médio a disciplina de Sociologia permanece no currículo:

A BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2017, p.561)

A divisão se dá da seguinte forma:

Quadro 5 – Distribuição da carga horária do Novo Ensino Médio em Santa Catarina.



Fonte: Elaboração dos autores. 2020

Fonte: Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense 2021.

O primeiro ano do Ensino Médio irá manter uma maior carga horária de conteúdos da Formação Geral Básica, serão 800 horas compostas pelos conteúdos de: Língua Portuguesa e Literatura, Educação Física, Arte, Língua Estrangeira Inglês, Química, Física, Biologia, Geografia, História, Filosofia, Sociologia e Matemática e mais 200 horas da parte flexível, contando com as disciplinas de: Projeto de Vida, Segunda Língua Estrangeira, Componente Curricular Eletivo, e Trilha de Aprofundamento, completando portanto as 1.000 horas anuais no primeiro ano do Ensino Médio. Conforme o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense:

Frisa-se, aqui, o fato de que a distribuição da Formação Geral Básica deve ser a mesma, obrigatoriamente, em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. De outra parte, é permitido aumentar a carga horária da Parte Flexível do currículo. Este aumento deve ocorrer de acordo com os desenhos de matrizes curriculares disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Frisa-se que cabe à unidade escolar a escolha, no leque disponibilizado de matrizes, por aquela que melhor corresponda às necessidades e demandas da unidade, a partir das escutas e da análise dos arranjos locais. (CURRÍCULO BASE DO ENSINO MÉDIO DO TERRITÓRIO CATARINENSE, 2021. p.114).

Conforme descrito no Currículo Base, o formato quanto à distribuição das disciplinas de Formação Geral Básica deve ser a mesma em todas as Escolas

da rede básica o que pode mudar é quanto às disciplinas da chamada parte flexível, conforme as sugestões de matrizes que foram disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina:

Quadro 6 – Matriz A do Novo Ensino Médio de 31 aulas semanais

MATRIZES DO NOVO ENSINO MÉDIO												
Matrizes vigentes no ano de 2021 e sujeitas a alteração (sujeitos a alteração em negrito). Para mais informações, consultar o site da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e do Conselho Estadual de Educação.												
MATRIZ A DO NOVO ENSINO MÉDIO												
1.000 horas anuais/total de 3.000 horas												
31 aulas semanais												
Opção 1: 4 dias de 6 aulas diárias + 1 dia de 7 aulas diárias												
Opção 2: 4 dias de 5 aulas diárias + 1 dia de 11 aulas diárias												
BNCC	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA									Carga horária total (h)
			1ª SÉRIE			2ª SÉRIE			3ª SÉRIE			
			Número de aulas semanais	Carga horária semestral (h)	Carga horária anual (h)	Número de aulas semanais	Carga horária semestral	Carga Horária anual (h)	Número de aulas semanais	Carga horária semestral (h)	Carga horária anual (h)	
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura	2	32	64	2	32	64	2	32	64	192
		Educação Física	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		Arte	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		Língua Estrangeira Inglês	2	32	64	2	32	64	2	32	64	192
	Ciências da Natureza e suas tecnologias	Química	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		Física	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		Biologia	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		História	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		Filosofia	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		Sociologia	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
	Matemática e suas tecnologias	Matemática	3	48	96	2	32	64	2	32	64	224
	CH Total Formação Geral Básica			25	400	800	15	240	480	15	240	480
Itinerário Formativo	Projeto de Vida		2	32	64	2	32	64	2	32	64	192
	Projeto de Culminância em Projeto de Vida		-	4	8	-	4	8	-	4	8	24
	Segunda Língua Estrangeira		2	32	64	2	32	64	2	32	64	192
	Componente Curricular Eletivo		2	32	64	2	32	64	2	32	64	192
	Trilha de Aprofundamento		0	0	0	10	160	320	10	160	320	640
	CH Total Itinerário Formativo			6	100	200	16	260	520	16	260	520
CARGA HORÁRIA SEMANAL/ CARGA HORÁRIA SEMESTRAL/CARGA HORÁRIA ANUAL			31	500	1000	31	500	1000	31	500	1000	3.000

Fonte: Currículo Base do Território Catarinense, 2021.

Fazendo uma análise desta primeira matriz sugestiva, pode-se perceber que no primeiro ano do ensino médio a disciplina de Sociologia não perde em números de aulas, elas se mantêm em duas aulas semanais. Já no segundo e no terceiro ano as aulas de Sociologia caem para uma aula semanal apenas, no item de Formação Geral Básica. Esta sugestão de matriz curricular totaliza 1.000 horas anuais e 3.000 horas em todo o período de duração do ensino médio.

Em teoria há uma perda de aulas de Sociologia, mas na prática o professor licenciado em Ciências Sociais poderá ficar responsável por ministrar outras matérias da área das Ciências Humanas, assim como qualquer professor de História, Geografia e Filosofia também poderão ministrar a disciplina de Sociologia.

Quadro 7 – Matriz B do Novo Ensino Médio de 35 aulas semanais

MATRIZ B DO NOVO ENSINO MÉDIO
1.120 horas anuais/total de 3.360 horas
35 aulas semanais
3 dias de 5 aulas diárias + 2 dias de 10 aulas diárias

BNCC	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA									Carga horária total (h)
			1ª SÉRIE			2ª SÉRIE			3ª SÉRIE			
			Número de aulas semanais	Carga horária semestral (h)	Carga horária anual (h)	Número de aulas semanais	Carga horária semestral (h)	Carga horária anual (h)	Número de aulas semanais	Carga horária semestral (h)	Carga horária anual (h)	
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA - FGB	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura	2	32	64	2	32	64	2	32	64	192
		Educação Física	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		Arte	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		Língua Estrangeira Inglês	2	32	64	2	32	64	2	32	64	192
	Ciências da Natureza e suas tecnologias	Química	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		Física	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		Biologia	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		História	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		Filosofia	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
		Sociologia	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128
	Matemática e suas tecnologias	Matemática	3	48	96	2	32	64	2	32	64	224
	CH Total Formação Geral Básica		25	400	800	15	240	480	15	240	480	1760
Projeto de Vida		2	32	64	2	32	64	2	32	64	192	
Itinerário Formativo	Segunda Língua Estrangeira	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128	
	Componente Curricular Eletivo1	2	32	64	2	32	64	2	32	64	192	
	Componente Curricular Eletivo2	2	32	64	0	0	-	0	-	-	64	
	Componente Curricular Eletivo3	2	32	64	0	0	-	0	-	-	64	
	Turma de Aprofundamento	0	0	-	15	240	480	15	240	480	960	
	CH Total Itinerário Formativo		10	160	320	20	320	640	20	320	640	1600
CARGA HORÁRIA SEMANAL/CARGA HORÁRIA ANUAL			35	560	1.120	35	560	1.120	35	560	1.120	3.360

Fonte: Currículo Base do Território Catarinense, 2021.

Conforme a matriz sugestiva B, da Secretaria do Estado da Educação de Santa Catarina, a carga horária aumenta para 35 aulas semanais, porém percebe-se que não são acrescidas matérias nos conteúdos de Formação Geral, mas sim, nos Itinerários Formativos, totalizando uma carga horária anual de 1.120 horas e 3.360 horas no período de duração total do Ensino Médio.

Novamente a matéria de Sociologia permanesse com a mesma quantidade de aulas, duas no primeiro ano do Ensino Médio, uma no segundo ano do Ensino Médio e uma no terceiro ano do Ensino Médio, compondo o quadro de Formação Geral Básica, novamente pode-se perceber que são acrescentadas disciplinas do Itinerário Formativo.

Quadro 8 – Matriz C do Novo Ensino Médio de 44 aulas semanais

MATRIZ C DO NOVO ENSINO MÉDIO
1.408 horas anuais/total de 4.224 horas
44 aulas semanais
4 dias de 10 aulas diárias + 1 dia de 4 aulas diárias
3 dias de 10 aulas diárias + 2 dias de 7 aulas diárias

BNCC	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA									Carga horária total (h)	
			1ª SÉRIE			2ª SÉRIE			3ª SÉRIE				
			Número de aulas semanais	Carga horária semestral (h)	Carga horária anual (h)	Número de aulas semanais	Carga horária semestral (h)	Carga horária anual (h)	Número de aulas semanais	Carga horária semestral (h)	Carga horária anual (h)		
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA - FGB	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura	2	32	64	2	32	64	2	32	64	192	
		Educação Física	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128	
		Arte	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128	
		Língua Estrangeira Inglês	2	32	64	2	32	64	2	32	64	192	
	Ciências da Natureza e suas tecnologias	Química	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128	
		Física	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128	
		Biologia	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128	
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128	
		História	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128	
		Filosofia	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128	
	Matemática e suas tecnologias	Sociologia	2	32	64	1	16	32	1	16	32	128	
		Matemática	3	48	96	2	32	64	2	32	64	224	
	CH Total Formação Geral Básica			25	400	800	15	240	480	15	240	480	1760
	Projeto de Vida			2	32	64	2	32	64	2	32	64	192
Itinerário Formativo	Segunda Língua Estrangeira		2	32	64	2	32	64	2	32	64	192	
	Componente Curricular Eletivo 1		4	64	128	4	64	128	4	64	128	384	
	Componente Curricular Eletivo 2		4	64	128	2	32	64	2	32	64	256	
	Componente Curricular Eletivo 3		4	64	128	2	32	64	2	32	64	256	
	Componente Curricular Eletivo 4		3	48	96	2	32	64	2	32	64	224	
	Trilha de Aprofundamento		0	0	0	15	240	480	15	240	480	960	
	CH Total Itinerário Formativo			19	304	608	29	464	928	29	464	928	2.464
CARGA HORÁRIA SEMANAL/CARGA HORÁRIA ANUAL			44	704	1.408	44	704	1.408	44	704	1.408	4.224	

Fonte: Currículo Base do Território Catarinense, 2021.

Na matriz sugestiva C do Novo Ensino Médio, novamente não se percebe alterações quanto a disciplina de Sociologia. O quadro da Formação Geral Básica permanece da mesma maneira, duas aulas no primeiro ano do Ensino Médio, uma aula no segundo ano do Ensino Médio e uma aula no terceiro ano do Ensino Médio. O que acresce são as aulas dos Itinerários Formativos, totalizando

uma carga horária anual de 1.408 horas e 4.224 horas no período de duração total do Ensino Médio.

Tendo em vista os aspectos descritos pode-se dizer que nas três matrizes sugestivas da Secretaria da Educação de Santa Catarina, se mantém um total de duas aulas de Sociologia no primeiro ano do Ensino Médio, uma aula no segundo ano do Ensino Médio e uma aula no terceiro ano do Ensino Médio, isso dentro dos conteúdos de Formação Geral Básica. O Novo Ensino Médio tem carga horária mais elevada, por causa dos conteúdos de parte flexível, o que demonstra efetivamente um aumento de disciplinas. Os docentes de Sociologia têm possibilidade de assumir as aulas das disciplinas de Ciências Humanas, se for do interesse da Instituição oferecer os Itinerários Formativos de abrangência das Ciências Humanas e claro, se for da vontade do estudante cursá-la.

5.0 CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS NO NOVO ENSINO MÉDIO

Diversas questões surgem na medida que se compreende mais sobre a estruturação do Novo Ensino Médio, tais como: no antigo ensino médio eram três aulas semanais de Matemática para os primeiros, segundos e terceiros anos, agora no novo ensino médio passam a ser: três aulas no primeiro ano, duas aulas no segundo ano e duas aulas no terceiro ano. A disciplina de Matemática não está em uma área específica, mas precisa articular com as demais áreas do conhecimento, já as demais disciplinas são fragmentadas e serão oferecidas de acordo com cada área de conhecimento. Conforme o caderno 3 – Portifólio de Trilhas de Aprofundamento do Currículo Base do Ensino Médio no Território Catarinense, a Área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, retrata:

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNem), os Itinerários de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas visam a proporcionar o aprofundamento de conhecimentos referentes às questões de pluralidade e diversidade humana, no contexto das relações sociais, ambientais, de trabalho, entre outras, em diversas escalas, conforme as propostas curriculares (BRASIL, 2018). As trilhas de aprofundamento fazem parte do itinerário formativo e devem buscar um diálogo interdisciplinar entre os componentes desta área, além de dialogar com as demais áreas do conhecimento. A preparação das pessoas, principalmente da juventude, para um mundo em constante transformação, demarcado pela intensificação da vida social e pela complexificação das relações sociais, culturais, ambientais, políticas, éticas, estéticas, religiosas, etc., necessita sensibilizar os(as) estudantes para que desenvolvam o senso e a prática do respeito às diferenças (sociais, étnicas, raciais, religiosas, de nacionalidade, de gênero, entre outras), contemplando, neste movimento, as diversidades em todos os âmbitos e manifestações. (CURRÍCULO BASE DO ENSINO MÉDIO DO

Partindo desta contribuição cabe salientar que a Sociologia assim como as matérias das Ciências Exatas e das Linguagens, também é importante, pois promove maior reflexão crítica dos estudantes com relação às temáticas atuais da vivência social.

Segue abaixo alguns exemplos de títulos de Itinerários Formativos que compõem o acervo de escolha para as instituições e para os estudantes, conforme o Caderno 3, intitulado: Portifólio de Trilhas de Aprofundamento são eles: Trilha 1: Mulheres no Território Catarinense, Trilha 2: Mundos do Trabalho no Território Catarinense, Trilha 3: Observatório da Saúde Pública, e Trilha 4: Ciências Humanas: Tecnologias Digitais e a Internet como Espaço Social. Cabe descrever que cada Trilha de Aprofundamento conta com uma carga horária de 160 horas ou 240 horas, a depender da Matriz Curricular em funcionamento na Unidade Escolar. Os Docentes também devem estar familiarizados com as questões que cada Itinerário aborda, sendo que os professores de História, Filosofia, Sociologia e Geografia devem trabalhar de forma integrada, cada um responsável por uma Unidade Curricular que estará presente no Itinerário Formativo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

O que pode ocasionar adversidades é se as Instituições e os estudantes optarem por Itinerários Formativos mais voltados as Ciências das Linguagens e das Ciências Exatas. De fato pode gerar uma certa instabilidade à Sociologia neste sentido, tendo em vista que os Itinerários Formativos tem duração de um semestre. A cada novo semestre caberá as instituições de ensino fazer um levantamento e uma pesquisa com os estudantes para oferecer os Itinerários Formativos de acordo com a escolha dos estudantes.

6. SÍNTESE ACERCA DAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL A PARTIR DA BNCC E DO NOVO ENSINO MÉDIO (NEM)

A reforma do Ensino Médio teve mudanças na estrutura organizativa do currículo. A nova estruturação do Ensino Médio passou a ser em período integral, e a escolha das áreas que o estudante deverá seguir passa a ser estudada através dos Itinerários Formativos.

A BNCC preza pela percepção de consciência do Eu, do Outro e do Nós.

As mais variadas maneiras de organização das famílias e da sociedade em geral nos vários períodos históricos. Para tanto, se faz necessário que os alunos tenham conhecimento de História, Geografia, Filosofia e de Sociologia, disciplinas que compõem a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A área de estudo tem por objetivo fazer com que os mesmos conheçam sobre: Espacialidade, temporalidade e sobre a diversidade de tradições, etnias, raça e de religião. A disciplina de Sociologia se faz necessária especialmente para compreender as relações de produção, de trabalho e poder sem deixar de considerar as individualidades de cada aluno, da instituição escolar na qual está inserido, do local onde vive e também dos acontecimentos mundiais.

No Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao domínio de conceitos e metodologias próprios dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos. (BNCC, 2017, p.562).

Portanto se faz necessário que os estudantes consigam ser protagonistas e capazes de interpretar as mais diversas linguagens, dentro da grande área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, deverá ser garantido aos jovens a capacidade de exercer trabalhos de campo, tais como: observações e entrevistas, com o objetivo de tentar solucionar problemas, conforme a BNCC:

Considerando as aprendizagens a ser garantidas aos jovens no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a tematizar e problematizar algumas categorias da área, fundamentais à formação dos estudantes: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. Cada uma delas pode ser desdobrada em outras ou ainda analisada à luz das especificidades de cada região brasileira, de seu território, da sua história e da sua cultura. (BNCC, 2017, p.562).

Desde o surgimento da ciência na Europa, a Sociologia tem por objetivo analisar as transformações decorrentes de períodos históricos marcantes, como a Revolução Industrial. Já no Brasil a Sociologia enquanto ciência desempenhou um papel marcante, que é o de proporcionar aos estudantes de ensino médio uma visão crítica acerca dos acontecimentos durante o Brasil Colônia, e atualmente a ciência se faz necessária para se compreender os mais diversos fenômenos sociais.

Atualmente, as transformações na sociedade são grandes, especialmente em razão do uso de novas tecnologias. Observamos transformações nas formas de participação dos trabalhadores nos diversos setores da produção, a diversificação das relações de trabalho, a oscilação nas taxas de ocupação, emprego e desemprego, o uso do trabalho intermitente, a desconcentração dos locais de trabalho, e o aumento global da riqueza, suas diferentes formas de concentração e distribuição, e seus efeitos sobre as desigualdades sociais. Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. (BNCC, 2017, p.568).

Conforme já descrito anteriormente, a reforma do ensino médio “priorizou” as disciplinas de Português e de Matemática, possivelmente pela questão das notas obtidas nos sistemas de avaliação e índices, e também pela questão de que o empreendedorismo individual está em constante crescimento em todas as classes sociais, juntamente com as novas tecnologias. Diante desta circunstância, surgem novos desafios às Ciências Humanas, abrangendo inclusive os efeitos das inovações tecnológicas nas relações sociais de trabalho, produção e consumo.

A Sociologia é a disciplina que deve permitir aos estudantes analisar e compreender os papéis dos diversos sujeitos, além de identificar as propostas econômicas e políticas presentes nas mais diversas sociedades a disciplina também é essencial, pois contribuí no desenvolvimento da sensibilidade, criatividade e autocrítica, o que irá ajudá-los nas mais diversas situações da vida.

Essa ampliação da visão de mundo dos estudantes resulta em ganhos éticos relacionados à autonomia das decisões e ao comprometimento com valores como liberdade, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade. Por fim, para garantir as aprendizagens essenciais definidas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, é imprescindível que os jovens aprendam a provocar suas consciências para a descoberta da transitoriedade do conhecimento, para a crítica e para a busca constante da ética em toda ação social. (BNCC, 2017, p.569).

Por ser uma disciplina essencial, com a reforma do Ensino Médio ela permanece no currículo de Santa Catarina porém, em menor quantidade como disciplina obrigatória, serão duas aulas semanais no primeiro ano, uma aula semanal no segundo ano e uma aula semanal no terceiro ano. É essa redução na quantidade obrigatória que preocupa os docentes e futuros docentes de Sociologia. Porém, deve-se lembrar que a carga horária do Ensino Médio, que passa a ser em tempo integral, aumenta. E através dos Itinerários Formativos, que serão matérias que podem ficar de responsabilidade dos docentes de

Sociologia, a carga de trabalho pode ser igual ao que era antes da reforma do Ensino Médio, ou até mesmo maior.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição deste trabalho foi demonstrar que o currículo do Ensino Médio mudou a sua estrutura e carga horária. Mudanças, geralmente fazem emergir desconfiças e inseguranças, e isso tem ocorrido com as mudanças no Novo Ensino Médio. Mais especificamente os professores de Sociologia que já enfrentaram no decorrer dos anos períodos de instabilidade e também de restrições. O trabalho traz contribuições acerca do surgimento da Sociologia na Europa, sua instauração no Brasil, num primeiro momento nas cadeiras Universitárias, posteriormente sobre os períodos em que foi silenciada na Ditadura Militar, além de demonstrar períodos de instabilidade enquanto disciplina nos currículos das escolas públicas, mais especificamente na última etapa de formação dos estudantes: O Ensino Médio. O trabalho em si contribui para o conhecimento da trajetória da Sociologia no Brasil, bem como a Sociologia enquanto disciplina no Novo Ensino Médio

O trabalho também problematizou as justificativas para a reforma do ensino médio, em particular, os problemas de evasão e a falta de atratividade. Com estas justificativas, buscou-se implementar o Novo modelo de Ensino Médio, tendo em vista que o NEM possui uma carga horária mais elevada e exige que os estudantes permaneçam nas instituições escolares em tempo integral, também indagou sobre a questão das estruturas físicas escolares. Contudo, a realização de uma consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio, demonstra que as justificativas para reforma do Ensino Médio de 2017 precisam ser problematizadas à luz das diferentes realidades das escolas brasileiras.

A Sociologia enquanto disciplina nas escolas públicas, têm papel essencial para que os alunos desenvolvam uma consciência mais crítica sobre os mais diversos assuntos inclusive sobre o funcionamento das mais diversas estruturas e também sobre acontecimentos do cotidiano social.

Vale lembrar que houve um contexto de manifestações no ano de 2016 nas escolas, pois no princípio se cogitava a não obrigatoriedade do ensino de Sociologia, ou seja, a presença do ensino de Sociologia na educação básica,

sobretudo no Ensino Médio, sempre fruto de lutas. O que significa dizer que, novamente, seguindo o que é uma caracterização da própria Sociologia, precisamos refletir sobre a estrutura curricular do Novo Ensino Médio, trazendo para o debate as implicações da presença, fragmentação e/ou ausência da Sociologia nessa etapa da da educação básica.

A Base Comum Curricular referente ao Ensino Médio incluiu obrigatoriamente estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia. Conforme a Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. (BRASIL, 2017). ARTº 3º § 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia. Portanto, conclui-se no presente estudo que a disciplina de Sociologia permanece no Currículo de Santa Catarina, porém sofrerá uma redução na carga curricular obrigatória, ou seja, será mantida a quantidade de duas aulas no primeiro ano do Ensino Médio, e reduzida para uma aula semanal no segundo ano e uma aula semanal no terceiro ano, e isto se aplica nas três matrizes sugestivas da secretaria do Estado da Educação de Santa Catarina, tanto na matriz A, B e na matriz C.

Depreende-se, portanto, que a matéria de Sociologia irá permanecer no Currículo, com essa nova reforma, a matéria não será excluída por completo, irá permanecer também nos Itinerários Formativos da denominada: área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A disciplina irá sofrer redução em sua carga horária no segundo e no terceiro ano do Ensino Médio, o que poderá prejudicar os docentes de Sociologia, que muito provavelmente terão redução na carga horária de trabalho, impactando diretamente no salário. Porém, irá depender das instituições escolares também, pois se estas, optarem por Itinerários Formativos da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, os docentes de Sociologia irão ter mais carga horária de aulas, juntamente com os professores de História, Filosofia e Geografia. Mas, para além dessas questões, é preciso que tenhamos a sensibilidade para percebermos o significado da presença de disciplinas como a Sociologia para o desenvolvimento de uma sociedade. Especialmente, sociedades como a nossa, em que as questões sociais são latentes, ao mesmo tempo em que são carentes de um debate aberto e fundamentado nas ciências, entre elas, as ciências sociais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. **A Antropologia e a Sociologia no Brasil**. In: AZEVEDO, Fernando. A Cidade e o Campo na Civilização Industrial e outros Estudos. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

AZEVEDO, Fernando. **A Sociologia na América Latina e particularmente no Brasil**. In: AZEVEDO, Fernando. **Princípios de Sociologia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

BARROSO, Fabrício dos Santos. **Trabalho Infantil no Início da Revolução Industrial**. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/trabalho-infantil-no-inicio-revolucao-industrial.htm>. Acesso em 12 de janeiro de 2023.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. **As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea**. BIB, São Paulo, nº67, 1º semestre de 2009, pp. 25-49.
BERTONCELO, Edison. **Classes Sociais, Cultura e Educação**. São Paulo, 2016.

BOTTOMORE, Thomas. Burton. **Introdução à Sociologia**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1970.

BOURDIEU, P. **Reprodução Cultural e Reprodução Social**. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução e organização: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 295-336.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas Sobre a Teoria da Ação**. Papyrus Editora, 9ª Edição, São Paulo, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**.

BRASIL. **Constituição da república Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>.
CAPRARA, Bernardo Mattes. **Classes Sociais e Desempenho Educacional no Brasil**. Porto Alegre, 2017.

COSTA PINTO, L. A. e CARNEIRO. E. **As Ciências Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: CAPES, 1955.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **Sociologia da Educação**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.

Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense. **Caderno 1 – Disposições Gerais**. Florianópolis: Gráfica Coan, 2021.

Desigualdades Intraescolares no Brasil. **Estudos E Pesquisas Educacionais**, São Paulo, n.4, nov. 2013.

DOS SANTOS, Bianca Cristina. **As principais contribuições de Pierre Bourdieu para a educação.** Maringá PR.

FERRETI, João Celso. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação.** Ensino de Humanidades. Estudos Avançados. Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, São Paulo, Brasil. 2018.

FILHO, Enno D. Liedke. **A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios.**

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa.** Penso, Porto Alegre, 2013.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza, UEC, 2002. Apostila.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2009.

GERMANI, Gino. **The Development and Present State of Sociology in Latin America. In Transactions of the Fourth World Congress of Sociology.** Vol. I Milan and Stresa, International Sociological Association, 1959.

GIDDENS, Antony. **Capitalismo e moderna teoria social.** Tradução de Maria do Carmo Cary. Editorial presença. - 6ª Edição, Lisboa, março, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** Editora Atlas, 4ª Edição, São Paulo, 2002.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2013:** resumo técnico. Brasília:

INEP, 2014. Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos>>. Acesso em: Agosto. 2017.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Trabalho e Escola: A Flexibilização do Ensino Médio no Contexto do Regime de Acumulação Flexível.** Educação & Sociedade, jun. 2017. UNIFESP (SciELO).

LAHIRE, Bernard. **En Defensa de la Sociología: contra el mito de que los sociólogos son unos charlatanes, justifican a los delincuentes y distorsin la realidad.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

MONTEIRO, Lorena Madruga. **A cultura escolar católica da Cátedra de Sociologia nos Primórdios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** Revista Educ. Soc. Campinas, SP, 2011. v.32 n.115 p.453-469. Disponível em: Acesso em: 17 março de 2022.

MORAES, Amaury Cesar. **Licenciatura em ciências sociais e ensino de**

Sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo Social. São Paulo, SP. v.15 n.1,

OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo Pinheiro. **O Ensino da Sociologia no Brasil: Um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017.** Revista Temas em Educação. João Pessoa, Brasil, 2019. Revista Sociologias. Porto Alegre, RS, 2005. v.7 n.14 p.376-437. Disponível em:

SEABRA, Tereza. **Desigualdades Escolares e Desigualdades Sociais.** Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 59, 2009, pp. 75-106.

STAVENHAGEN, Rodolfo. 1965. **Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina.** In DURAND, J. C. G. Sociologia do Desenvolvimento I. R. J.: Zahar Ed., 1969.

STEINER, Philippe. **A Sociologia de Durkheim.** Editora Vozes, 1ª edição, 2016.

THOMAZINHO, Gabriela; SAMPAIO, Clementino; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Dimensões da desigualdade educacional no Brasil.** RBPAAE - v. 31, n. 3, p. 511 - 530 set./dez. 2015.

VIANA, João Paulo. **Sobre a crise da representação política.** Estadão, 2015. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/sobre-a-crise-da-representacao-politica/> >. Acesso em: 11 fev. 2022.

VIANA, Nildo. **Introdução à sociologia.** Editora Autêntica, 1ª edição, 2017.